

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,  
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFARIA, COM GARANTIA  
ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM  
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**

**CELEBRADA ENTRE**



**JUCESP PROTOCOLO  
0.386.690/11-0**



**CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**  
*como Emissora*

**CCR S.A.,  
ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.  
ALBERTO BAGDADE e  
MÁRIO MÚCIO EUGÊNIO DAMHA**  
*como Fiadores*

**E**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
*como Agente Fiduciário*

**27 de abril de 2011**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**

- I. **CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Bairro Tamboré, na Avenida Marcos Penteado Ulhôa Rodrigues, nº 690, 1º andar, sala 11, Condomínio Empresarial Business Center Tamboré, CEP 06.460-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.387.725/0001-59, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora");
- II. **CCR S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.846.056/0001-97, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("CCR");
- III. **ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 44, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.333.769/0001-13, neste ato representada na forma do seu Contrato Social ("Encalso");
- IV. **ALBERTO BAGDADE**, brasileiro, solteiro, maior, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.930.740 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 591.489.778-53, residente e domiciliado na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 44, CEP 01076-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Alberto");
- V. **MÁRIO MÚCIO EUGÊNIO DAMHA**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 6.498.374 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 121.006.708-08, residente e domiciliado na Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 44, Centro, CEP 01076-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Mário") e em conjunto com Alberto, "Sócios da Encalso" e, em conjunto com a CCR, Encalso e Sócios da Encalso, "Fiadores"; e
- VI. **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, sala 514, Bloco 04, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, os interesses dos debenturistas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Agente Fiduciário", e em conjunto com a Emissora, a CCR e a Encalso, "Partes");

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (doravante designado como



"Escritura" ou "Escritura de Emissão" e "Emissão", respectivamente), nos seguintes termos e condições:

## **1. AUTORIZAÇÃO**

**1.1.** A presente Emissão foi aprovada com base nas deliberações das Assembleias Gerais Extraordinárias e Reuniões do Conselho de Administração da Emissora realizadas em 06 de abril de 2011 e 07 de abril de 2011 ("Atas das AGEs" e "Atas das RCAs", respectivamente), em conformidade com o artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Emissora.

## **2. REQUISITOS**

**2.1.** A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações**

**2.1.1.1.** As Atas das AGEs e as Atas das RCAs de que trata a Cláusula 1.1 acima foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

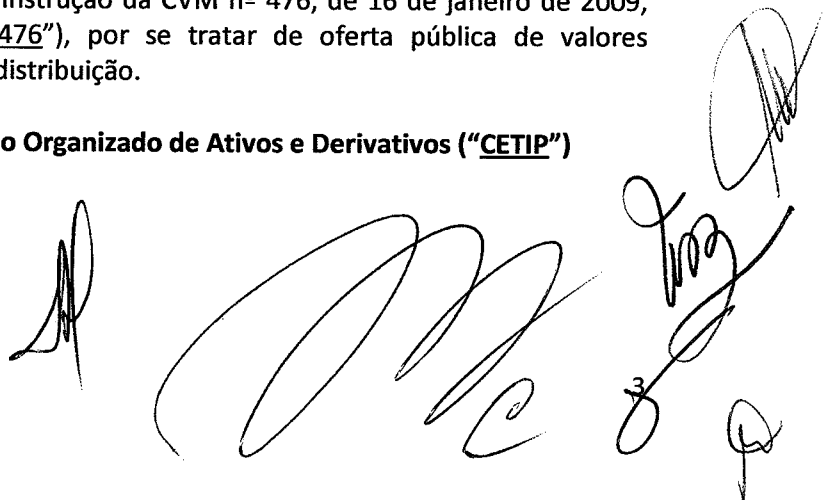
### **2.1.2. Inscrição da Escritura**

**2.1.2.1.** Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser protocolizados e arquivados na JUCESP e no Cartório de Títulos e Documentos competente, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, e no artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada ("Lei dos Registros Públicos"), respectivamente, incluindo o primeiro aditamento à presente Escritura, que deliberará, dentre outros assuntos, sobre a taxa de juros aplicável às Debêntures (conforme abaixo definida) após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da Emissão ("Procedimento de Bookbuilding") e sobre o cancelamento das Debêntures da 1ª e 2ª Séries (conforme definidas abaixo) em regime de melhores esforços, que não forem colocadas, caso aplicável.

### **2.1.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

**2.1.3.1.** A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

### **2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP")**



**2.1.4.1.** As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada na CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 4.16, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

**2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**

**2.1.5.1.** A presente oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código de Regulação ANBIMA”).

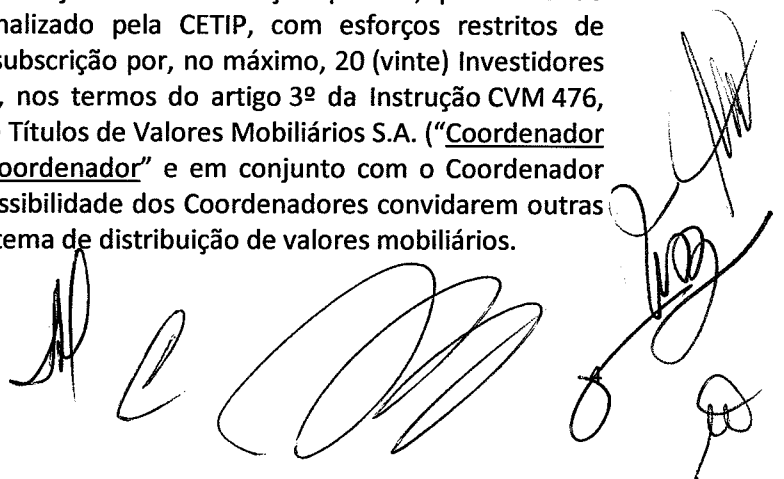
**3. DESTINAÇÃO DE RECURSOS**

**3.1.** Os recursos obtidos pela Emissora, decorrentes da subscrição das Debêntures, se destinam ao resgate antecipado das debêntures da 1ª emissão da Companhia, pré-pagamento de dívidas da Emissora e reforço de seu capital de giro.

**4. CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS DEBÊNTURES E DA EMISSÃO**

**4.1. Objeto Social da Emissora:** a Emissora tem como objeto social específico e exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, abrangendo os Municípios de Embu, Cotia, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Santana do Parnaíba e São Paulo, tendo início no km 0+000 na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães (km 24 da Estrada Velha de Campinas – SP-322) e terminando na altura do km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluído o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados; (ii) o apoio na execução dos serviços não delegados; (iii) a gestão dos serviços complementares, na forma do Regulamento da Concessão; e (iv) atos correlatos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos de Contrato de Concessão celebrado com o Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, em decorrência da Concorrência Pública Internacional nº 001/2008, relativa ao denominado Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias (“Contrato de Concessão”).

**4.2. Colocação.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, com esforços restritos de colocação, destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476, com intermediação da HSBC Corretora de Títulos de Valores Mobiliários S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“Coordenador” e em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”), observada a possibilidade dos Coordenadores convidarem outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.



4.2.1. Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) pela Instituição Intermediária.

4.3. Número da Emissão. Esta é a 2ª emissão de debêntures da Emissora.

4.4. Valor Nominal Unitário. Cada uma das Debêntures terá o valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data da Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.5. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão é de até R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) na Data de Emissão.

4.6. Preço de Subscrição. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário na Data de Emissão, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), se houver, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data de integralização, utilizando-se para tanto, 02 (duas) casas decimais, sem arredondamento, obedecido o valor correspondente a cada uma das séries.

4.7. Prazo de Subscrição e Forma de Pagamento. As Debêntures poderão ser subscritas no prazo de até 30 (trinta) dias da Data de Emissão. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição.

4.8. Atualização. O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

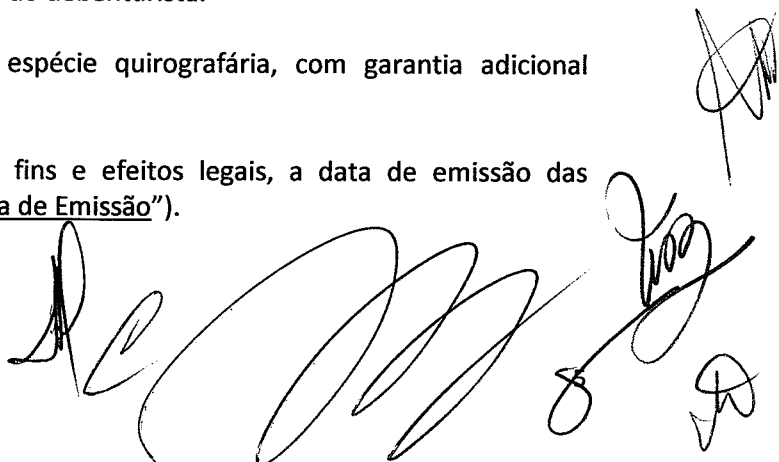
4.9. Quantidade de Debêntures e Número de Séries. A Emissão será realizada em até 03 (três) séries. A 1ª e a 2ª Série contarão com a emissão de 105.000 (cento e cinco mil) Debêntures com garantia firme de colocação e até 20.000 (vinte mil) Debêntures em regime de melhores esforços, sendo que a quantidade de Debêntures a ser alocada na 1ª e 2ª Séries será definida de acordo com a demanda pelas Debêntures, conforme apurado em procedimento de *bookbuilding*, a ser conduzido pelos Coordenadores junto aos investidores. A 3ª Série contará com a emissão de 75.000 (setenta e cinco mil) Debêntures, todas com garantia firme de colocação. Serão emitidas até 200.000 (duzentas mil) Debêntures no total, sendo 180.000 (cento e oitenta mil) Debêntures com garantia firme de colocação, e até 20.000 (vinte mil) Debêntures em regime de melhores esforços.

4.10. Forma, Tipo e Conversibilidade das Debêntures. As Debêntures serão nominativas, escriturais (sem a emissão de cautelas ou certificados) e não conversíveis em ações.

4.11. Titularidade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas no SND, será expedido pela CETIP extrato em nome do debenturista.

4.12. Espécie. As Debêntures são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

4.13. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 05 de maio de 2011 ("Data de Emissão").



**4.14. Data do Vencimento das Debêntures.** O vencimento das Debêntures ocorrerá da seguinte forma, observadas as possibilidades de aquisição facultativa, amortização extraordinária, resgate antecipado ou de vencimento antecipado:

**4.14.1.** O prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Série será de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 05 de maio de 2014 ("Data de Vencimento da 1ª Série"), data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido do valor da Remuneração da 1ª Série em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

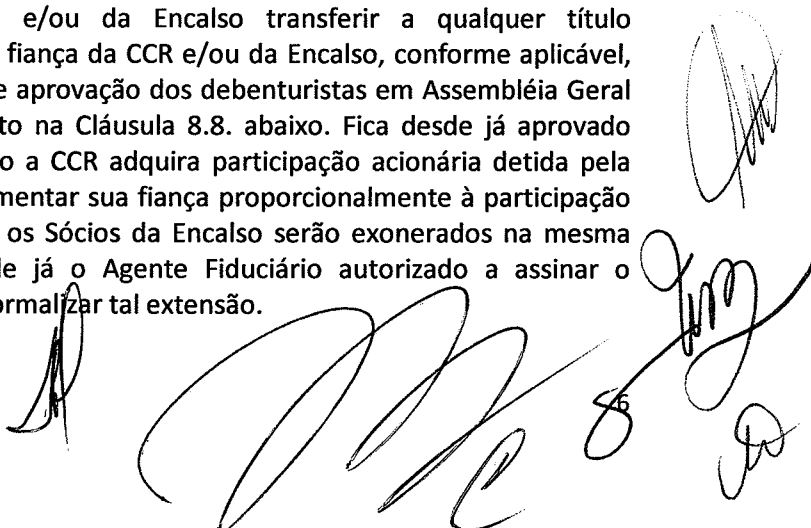
**4.14.2.** O prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Série será de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 05 de maio de 2015 ("Data de Vencimento da 2ª Série"), data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, acrescido do valor da Remuneração da 2ª Série em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

**4.14.3.** O prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Série será de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 05 de maio de 2016 ("Data de Vencimento da 3ª Série"), data em que será pago o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série, acrescido do valor da Remuneração da 3ª Série em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

**4.15. Fiança**

**4.15.1.** As Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª Séries são garantidas por fiança prestada pela CCR e pela Encalco. As Debêntures da 3ª Série contarão, ainda, com fiança dos Sócios da Encalco. A CCR e a Encalco assumem, em caráter irrevogável e irretratável, de forma proporcional às suas participações acionárias na Emissora nesta data, qual seja, 95% da CCR e 5% da Encalco, e os Sócios da Encalco assumem, em caráter irrevogável e irretratável, na proporção da participação da Encalco na Emissora, sendo a CCR e a Encalco solidárias com a Emissora e não solidárias entre si, e a Encalco e os Sócios da Encalco solidários entre si, a condição de fiadores e principais pagadores do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração da 1ª, 2ª e 3ª Séries, conforme o caso, dos encargos moratórios aplicáveis e de todas as obrigações, presentes e futuras, principais e acessórias, previstas no âmbito desta Emissão, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido"). A proporção na prestação da Fiança assumida pela CCR e pela Encalco nesta cláusula será mantida, ainda que haja alteração na proporção das participações acionárias da CCR e da Encalco na Emissora.

**4.15.1.1.** Na hipótese da CCR e/ou da Encalco transferir a qualquer título participação na Emissora a terceiros, a fiança da CCR e/ou da Encalco, conforme aplicável, somente poderá ser reduzida mediante aprovação dos debenturistas em Assembléia Geral de Debenturistas, observado o disposto na Cláusula 8.8. abaixo. Fica desde já aprovado pelos debenturistas, contudo, que caso a CCR adquira participação acionária detida pela Encalco na Emissora, a CCR poderá aumentar sua fiança proporcionalmente à participação adquirida, hipótese em que Encalco e os Sócios da Encalco serão exonerados na mesma proporção. Se for o caso, fica desde já o Agente Fiduciário autorizado a assinar o aditamento à presente Escritura para formalizar tal extensão.



**4.15.2.** Fica desde já aprovado pelos debenturistas, que na hipótese de ocorrer qualquer Evento de Inadimplemento da Encalso ou Evento de Inadimplemento Comum, referente à Encalso, conforme definidos na Cláusula 5.1, a CCR terá a opção de estender a sua fiança a 100% (cem por cento) do Valor Garantido para que não seja decretado vencimento antecipado da Emissão. Para isso, a CCR terá prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário.

**4.15.3.** O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, na proporção prevista na Cláusula 4.15.1 acima, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário aos Fiadores informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos debenturistas a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pelos Fiadores de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e fora do âmbito da CETIP.

**4.15.4.** Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

**4.15.5.** Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a presente Fiança, sendo certo que os Fiadores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

**4.15.6.** A presente Fiança entrará em vigor na data de assinatura desta Escritura, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

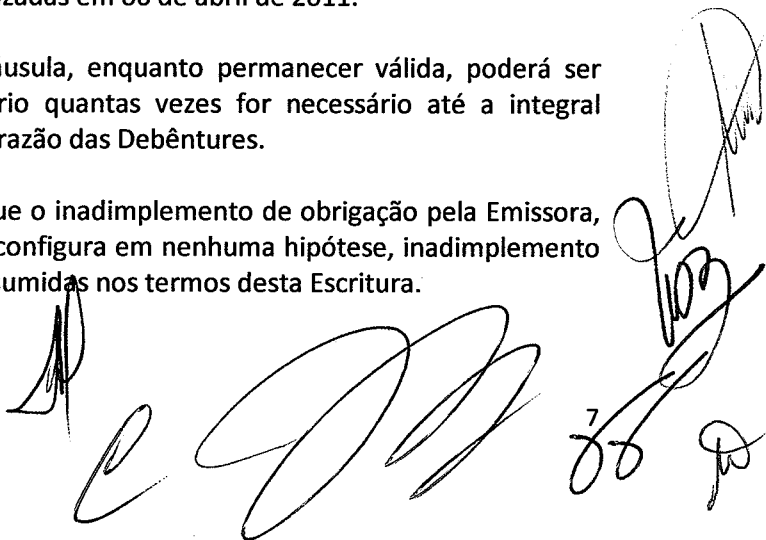
**4.15.7.** Os Fiadores desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido e responderão até o limite necessário para a integral liquidação do Valor Garantido.

**4.15.8.** Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas.

**4.15.9.** A Fiança de que trata esta Cláusula foi devidamente aprovada em RCA da CCR e em Reunião de Sócios da Encalso, ambas realizadas em 06 de abril de 2011.

**4.15.10.** A Fiança de que trata esta Cláusula, enquanto permanecer válida, poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido devido em razão das Debêntures.

**4.15.11.** Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de obrigação pela Emissora, no prazo estipulado nesta Escritura, não configura em nenhuma hipótese, inadimplemento pelos Fiadores das obrigações por elas assumidas nos termos desta Escritura.



**4.15.12.** O Agente Fiduciário não pôde verificar a suficiência da Fiança prevista nesta Cláusula, na Data de Emissão, uma vez que não teve acesso aos documentos comprobatórios do patrimônio dos Fiadores.

**4.15.13.** Em razão da Fiança prestada nos termos desta Cláusula e nos termos da Lei de Registros Públicos, a Emissora se compromete a registrar no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de domicílio das Partes a presente Escritura até um dia antes da data de liquidação das Debêntures ("Registro no CRTD"). No prazo de 05 (cinco) dias úteis após o Registro no CRTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original da Escritura devidamente registrada.

**4.16. Negociação e Procedimentos de Distribuição.** As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser subscritas ou adquiridas por investidores qualificados ("Investidores Qualificados") assim definidos nos termos do artigo 4º, incisos I e II da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), ressalvado o disposto no parágrafo 1º dos artigos 15 e 17 da Instrução CVM 476.

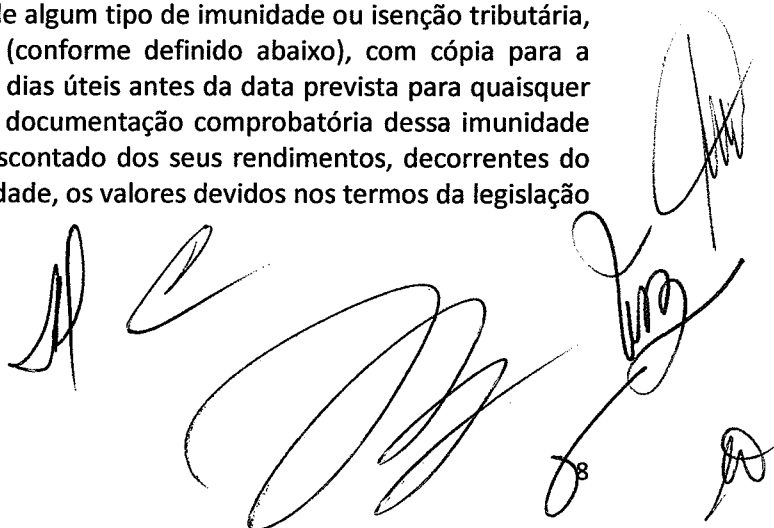
**4.16.1.** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e de que (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

**4.16.2.** Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

**4.16.3.** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

**4.17. Local de Pagamento e Imunidade Tributária.** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas no SND, pela instituição financeira contratada como Escriturador.

**4.17.1.** Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador (conforme definido abaixo), com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.





**4.18. Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário nas Cidades de Barueri e São Paulo, ambas no Estado de São Paulo, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

**4.19. Encargos Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

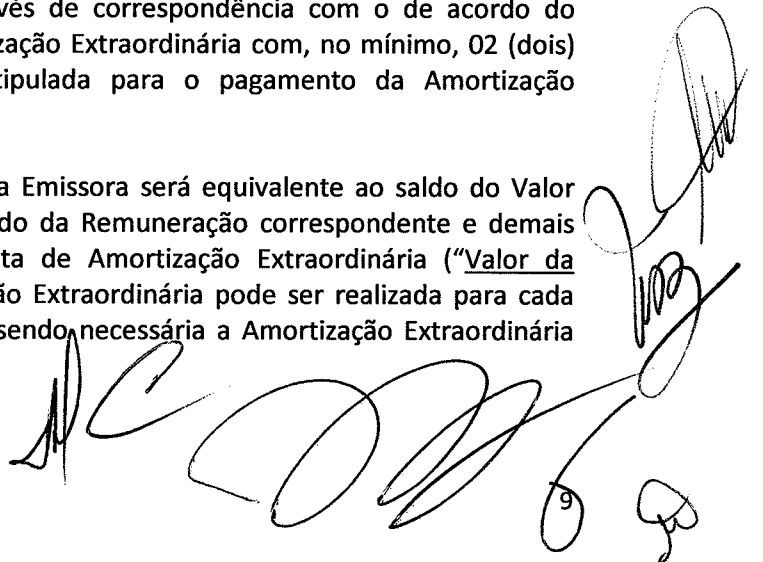
**4.20. Publicidade.** Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no DOESP e no jornal usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação, no prazo de 02 (dois) dias úteis da data da sua realização.

**4.21. Banco Mandatário e Escriturador.** O Itaú Unibanco S/A será o banco mandatário e a Itaú Corretora de Valores S/A será o escriturador das Debêntures ("Banco Mandatário" e "Escriturador").

**4.22. Amortização Extraordinária.** A Emissora poderá realizar, a partir do 12º mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 05 de maio de 2012, a amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária").

**4.22.1.** A Amortização Extraordinária deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 10 (dez) dias à realização do pagamento da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária") e limitada a 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário. A Emissora deverá comunicar a CETIP, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização de Amortização Extraordinária com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária.

**4.22.2.** O valor da amortização devida pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária ("Valor da Amortização Extraordinária"). A Amortização Extraordinária pode ser realizada para cada uma das séries, independentemente, não sendo necessária a Amortização Extraordinária concomitante da 1ª, 2ª e 3ª Séries.



**4.22.3.** A Notificação da Amortização Extraordinária deverá conter: (i) a série que será amortizada extraordinariamente; (ii) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária; e (iii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Extraordinária. Ao Valor da Amortização Extraordinária será acrescido um prêmio sobre o Valor Nominal Unitário, a ser pago aos respectivos titulares das Debêntures simultaneamente ao pagamento da Amortização Extraordinária, conforme indicado a seguir:

$P = d/D * p * \text{volume de amortização}$ , no qual:

- P = prêmio de amortização.
- d = quantidade de dias corridos entre data da efetiva amortização e data de vencimento.
- D = dias corridos após o 12º mês e a data de vencimento, conforme o caso.
- p = percentual a ser aplicado para os diferentes prazos, conforme indicado abaixo.

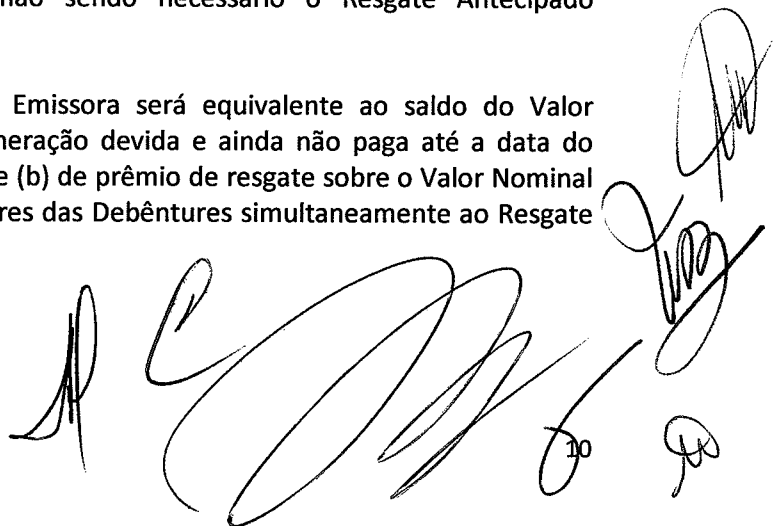
- 1) Debêntures da 1ª Série: 0,15% (quinze centésimos por cento);
- 2) Debêntures da 2ª Série: 0,20% (vinte centésimos por cento);
- 3) Debêntures da 3ª Série: 0,40% (quarenta centésimos por cento).

**4.22.4.** O pagamento da Amortização Extraordinária deverá ser realizado de acordo com os procedimentos previstos nesta Cláusula, na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger todas as Debêntures da série mencionada na Notificação da Amortização Extraordinária, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

**4.23. Resgate Antecipado Total.** As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, totalmente, a partir do 12º mês da Data de Emissão, ou seja, a partir de 05 de maio de 2012, a critério da Emissora, por meio de envio de comunicado ao Agente Fiduciário ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com 10 (dez) dias de antecedência, informando os termos e condições do resgate antecipado, incluindo: (a) o valor do prêmio de resgate; e (b) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos debenturistas ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado pode ser realizado para cada uma das séries, independentemente, não sendo necessário o Resgate Antecipado concomitante da 1ª, 2ª e 3ª Séries.

**4.23.1.** O valor de resgate devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário acrescido (a) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do resgate ("Valor do Resgate Antecipado"); e (b) de prêmio de resgate sobre o Valor Nominal Unitário, a ser pago aos respectivos titulares das Debêntures simultaneamente ao Resgate Antecipado, conforme indicado a seguir:

$P = d/D * p * \text{volume de resgate}$ , no qual:



- P = prêmio de resgate.
  - d = quantidade de dias corridos entre data do efetivo resgate e data de vencimento.
  - D = dias corridos após o 12º mês e a data de vencimento, conforme o caso.
  - p = percentual a ser aplicado para os diferentes prazos, conforme indicado abaixo.
- 1) Debêntures da 1ª Série: 0,15% (quinze centésimos por cento);
  - 2) Debêntures da 2ª Série: 0,20% (vinte centésimos por cento);
  - 3) Debêntures da 3ª Série: 0,40% (quarenta centésimos por cento).

**4.23.2.** Os valores relativos ao prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos titulares das Debêntures, e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Valor do Resgate Antecipado.

**4.23.4.** A CETIP deverá ser comunicada, através de correspondência encaminhada pela Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado com, no mínimo, 02 (dois) dias úteis de antecedência.

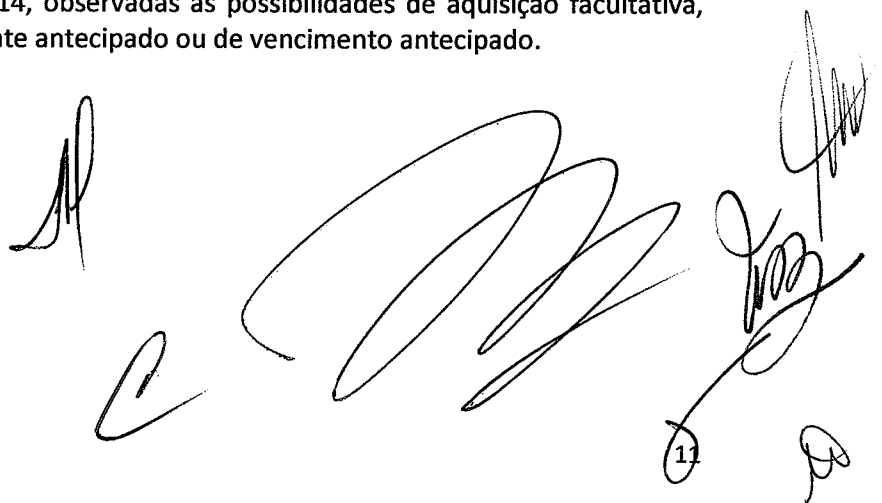
**4.23.5.** Não será admitido resgate antecipado parcial das Debêntures.

**4.23.6.** As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

**4.24.** Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação no mercado, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. A aquisição facultativa deverá ocorrer de forma proporcional entre as séries e as Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 4.23, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

**4.25.** Amortização do Principal. O Valor Nominal Unitário das Debêntures de cada uma das 03 (três) séries será amortizado no vencimento de cada respectiva série, conforme as datas estipuladas na Cláusula 4.14, observadas as possibilidades de aquisição facultativa, amortização extraordinária, resgate antecipado ou de vencimento antecipado.

**4.26.** Remuneração.



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature in the center and several smaller ones to the right.

**4.26.1.** As Debêntures da 1ª e da 2ª Séries farão jus a uma remuneração (“Remuneração”) a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente ao percentual máximo de: (a) 109,20% (cento e nove inteiros e vinte centésimos por cento) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (“Taxa CDI”) para as Debêntures da 1ª Série; (b) 111,00% (cento e onze inteiros por cento) da Taxa CDI para as Debêntures da 2ª Série, todas incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures e calculadas ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o seu efetivo pagamento e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.26.3.

**4.26.2.** As Debêntures da 3ª Série terão remuneração correspondente a 112,0% (cento e doze inteiros por cento) da Taxa CDI incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculada ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até o seu efetivo pagamento e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.26.3 desta Escritura.

**4.26.3.** Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração de cada uma das respectivas séries, exclusive e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente de cada uma das respectivas séries, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento de cada uma das respectivas séries.

**4.26.4.** As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento da Remuneração, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

**4.26.5.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

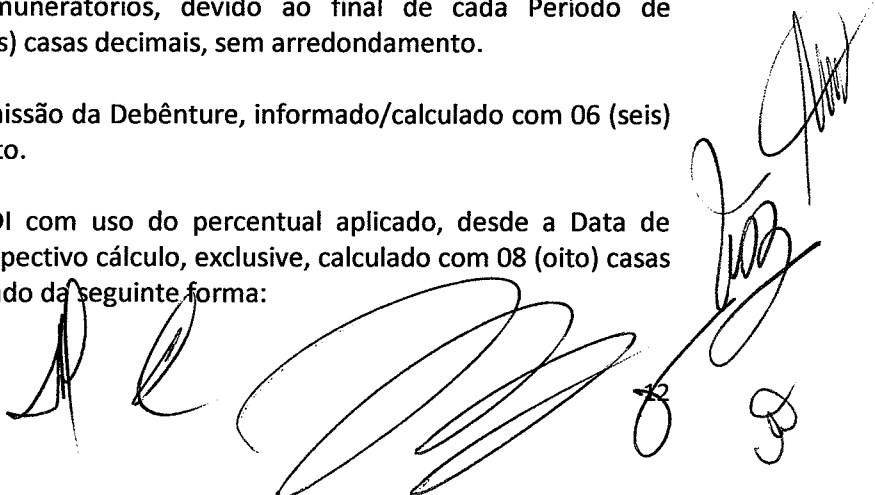
$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

*J* - Valor unitário dos juros remuneratórios, devido ao final de cada Período de Capitalização, calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*VNe* - Valor Nominal Unitário de Emissão da Debênture, informado/calculado com 06 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

*Fator DI* - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, desde a Data de Emissão, inclusive, até a data do respectivo cálculo, exclusive, calculado com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

$k$  – Número de ordem da Taxa DI, variando de 01 (um) até  $n$ ;

$n$  - Número total de Taxas DI, sendo “ $n$ ” um número inteiro.

$p$  – percentual a ser definido em procedimento de *Bookbuilding* para a 1ª e 2ª Série e 112 para a 3ª Série, aplicado sobre a Taxa DI, informado com 02 (duas) casas decimais.

$TDI_k$  - Taxa DI de ordem  $k$ , expressa ao dia, calculada com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$DI_k$  - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 01 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 02 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left( 1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 08 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 09 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

**4.27. Pagamento da Remuneração.** O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, nas datas indicadas na tabela abaixo.




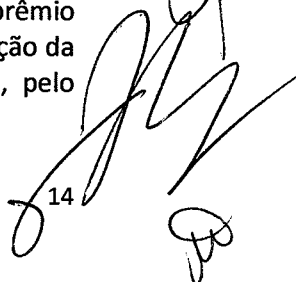
	Datas de Pagamento 1ª Série	Datas de Pagamento 2ª Série	Datas de Pagamento 3ª Série
1ª	05 de novembro de 2011	05 de novembro de 2011	05 de novembro de 2011
2ª	05 de maio de 2012	05 de maio de 2012	05 de maio de 2012
3ª	05 de novembro de 2012	05 de novembro de 2012	05 de novembro de 2012
4ª	05 de maio de 2013	05 de maio de 2013	05 de maio de 2013
5ª	05 de novembro de 2013	05 de novembro de 2013	05 de novembro de 2013
6ª	05 de maio de 2014	05 de maio de 2014	05 de maio de 2014
7ª	-	05 de novembro de 2014	05 de novembro de 2014
8ª	-	05 de maio de 2015	05 de maio de 2015
9ª	-	-	05 de novembro de 2015
10ª	-	-	05 de maio de 2016

**4.28. Hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa CDI.** Na hipótese de limitação e/ou não divulgação da Taxa CDI por mais de 05 (cinco) dias úteis após a data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência da Taxa CDI") e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal, determinação judicial ou de autoridade governamental da Taxa CDI às Debêntures, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) na forma e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, para a definição, de comum acordo com a Emissora, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, o qual deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração em vigor. A Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) será realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa CDI, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa CDI, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa CDI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa CDI.

**4.28.1.** Caso a Taxa CDI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa CDI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa CDI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

**4.28.2.** Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo

14

saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e consequente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, consequentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa CDI divulgada; ou

- (ii) a Emissora deverá apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), de acordo com o estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa CDI. Caso a Emissora não aprove a taxa substituta de Remuneração nos termos deste item (ii) aplicar-se-ão os procedimentos previstos no item (i) acima.

4.28.3. Em caso de substituição da Taxa CDI, por disposição legal, determinação judicial ou de autoridade governamental, a Remuneração das Debêntures será calculada levando-se em conta a taxa que vier a substituir a Taxa CDI.

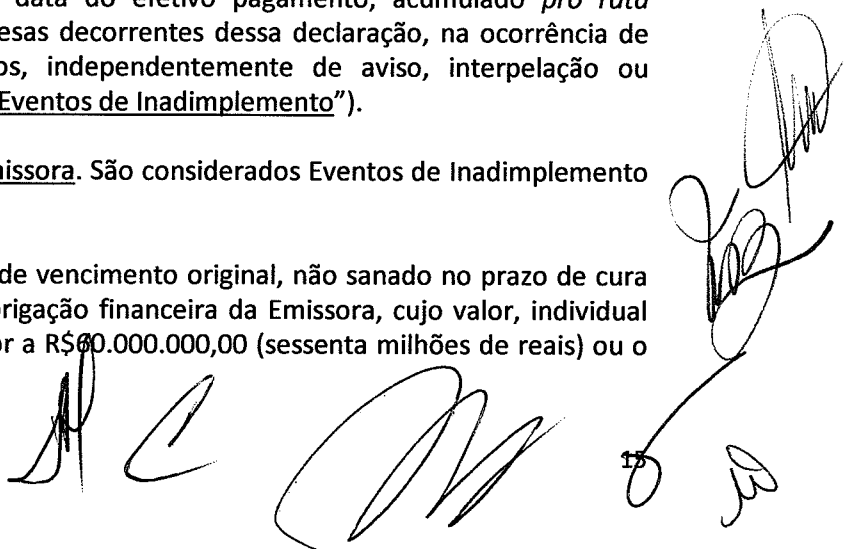
4.29. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

## 5. VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. O Agente Fiduciário poderá declarar o vencimento antecipado das Debêntures e exigir da Emissora e/ou, conforme a Cláusula 4.15, dos Fiadores, o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, desde a Data da Emissão ou desde a última data de pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, acumulado *pro rata temporis* e de todas as demais despesas decorrentes dessa declaração, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial ("Eventos de Inadimplemento").

A) Eventos de Inadimplemento da Emissora. São considerados Eventos de Inadimplemento da Emissora as seguintes hipóteses:

- (i) não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) ou o

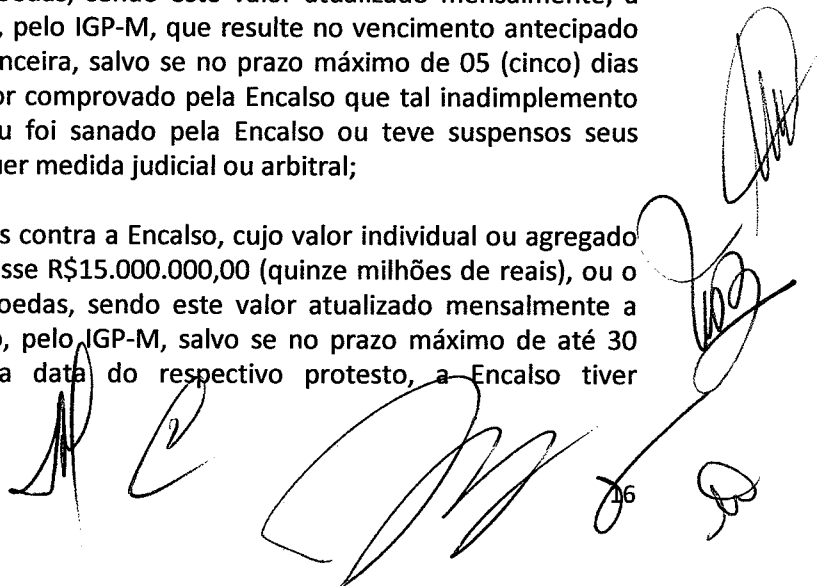


equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, salvo se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis de sua ocorrência, for comprovado pela Emissora que tal inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora ou teve suspensos seus efeitos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;

- (ii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, a Emissora tiver comprovado que (a) o protesto foi indevidamente efetuado, (b) foi cancelado ou sustado, ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo;
- (iii) não cumprimento de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, cujo valor, individual ou agregado seja superior a R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença arbitral ou judicial for extinta ou tiver sua eficácia suspensa durante tal prazo de 30 (trinta) dias e enquanto assim permanecer;
- (iv) não pagamento, nas datas de vencimento respectivas, de qualquer obrigação pecuniária perante os debenturistas relacionada às Debêntures, prevista na Escritura, não sanado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, pela Emissora ou pelos Fiadores, sem prejuízo dos encargos decorrentes do inadimplemento;
- (v) se houver incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária da Emissora, que resulte na perda do controle pela CCR, ou que a CCR deixe de fazer parte do bloco de controle da Emissora; e
- (vi) extinção do Contrato de Concessão;

**B) Eventos de inadimplemento da Encalso.** São considerados Eventos de Inadimplemento da Encalso as seguintes hipóteses:

- (i) não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da Encalso, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, que resulte no vencimento antecipado da referida obrigação financeira, salvo se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis de sua ocorrência, for comprovado pela Encalso que tal inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Encalso ou teve suspensos seus efeitos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (ii) protesto legítimo de títulos contra a Encalso, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, a Encalso tiver



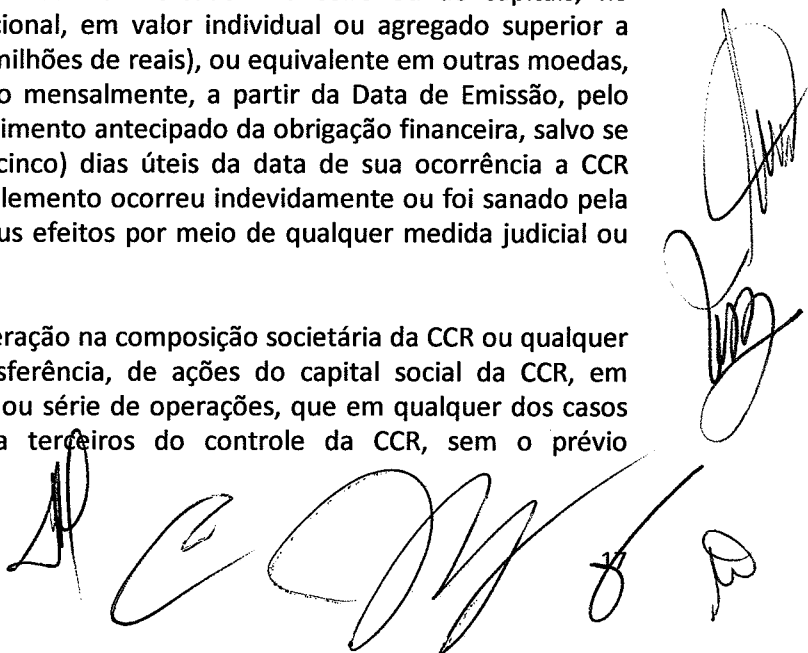


comprovado que (a) o protesto foi indevidamente efetuado; (b) foi cancelado ou sustado, ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo; e

- (iii) não cumprimento de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra a Encalso, cujo valor, individual ou agregado seja superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença arbitral ou judicial for extinta ou tiver sua eficácia suspensa durante tal prazo de 30 (trinta) dias e enquanto assim permanecer.

**C) Eventos de Inadimplemento da CCR.** São considerados eventos de inadimplemento da CCR as seguintes hipóteses:

- (i) protesto legítimo de títulos contra a CCR, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, salvo se no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados da data do respectivo protesto, a CCR tiver comprovado que (a) o protesto foi indevidamente efetuado, (b) foi cancelado ou sustado, ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo;
- (ii) não cumprimento de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra a CCR ou contra qualquer subsidiária ou controlada da CCR, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% (vinte por cento) ou mais do faturamento consolidado anual da CCR, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido, cujo valor, individual ou agregado seja superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de Reais), ou o equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data para pagamento, exceto se tal sentença arbitral ou judicial for extinta ou tiver sua eficácia suspensa durante tal prazo de 30 (trinta) dias e enquanto assim permanecer;
- (iii) não pagamento, na data de vencimento original, não sanado no prazo de cura aplicável, de qualquer obrigação financeira da CCR decorrente de operações de captação de recursos realizada no mercado financeiro ou de capitais, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais), ou equivalente em outras moedas, sendo este valor atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pelo IGP-M, que resulte no vencimento antecipado da obrigação financeira, salvo se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência a CCR comprovar que tal inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela CCR, ou teve suspensos seus efeitos por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (iv) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da CCR ou qualquer alienação, cessão ou transferência, de ações do capital social da CCR, em qualquer operação isolada ou série de operações, que em qualquer dos casos resulte na alienação para terceiros do controle da CCR, sem o prévio



consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, restando autorizadas as hipóteses de transferência entre os acionistas controladores da CCR ou entre empresas do grupo econômico dos referidos acionistas controladores. Para fins deste item, entende-se como controle e acionista controlador o conceito decorrente do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;

- (v) redução de capital da CCR, que represente mais de 10% do patrimônio líquido (conforme a última demonstração financeira auditada da CCR após a data da emissão das Debêntures) sem que haja anuência prévia dos debenturistas;
- (vi) penhora, arresto, sequestro e/ou qualquer outro tipo de constrição judicial sobre quaisquer bens da CCR que comprovadamente afete a capacidade da CCR de cumprir com suas obrigações decorrentes da Emissão;
- (vii) não-manutenção, por dois trimestres consecutivos, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, feita a anualização, quando aplicável, mediante a soma do trimestre em questão com os três trimestres imediatamente anteriores. Os referidos índices financeiros serão revisados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais ou nas Demonstrações Financeiras Anuais, conforme aplicável, da data-base da apuração dos índices financeiros em questão. Esses índices financeiros deverão ser disponibilizados pela CCR ao Agente Fiduciário em até 05 (cinco) dias úteis após a divulgação dos referidos documentos pela CCR, juntamente com relatório da memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais índices financeiros.

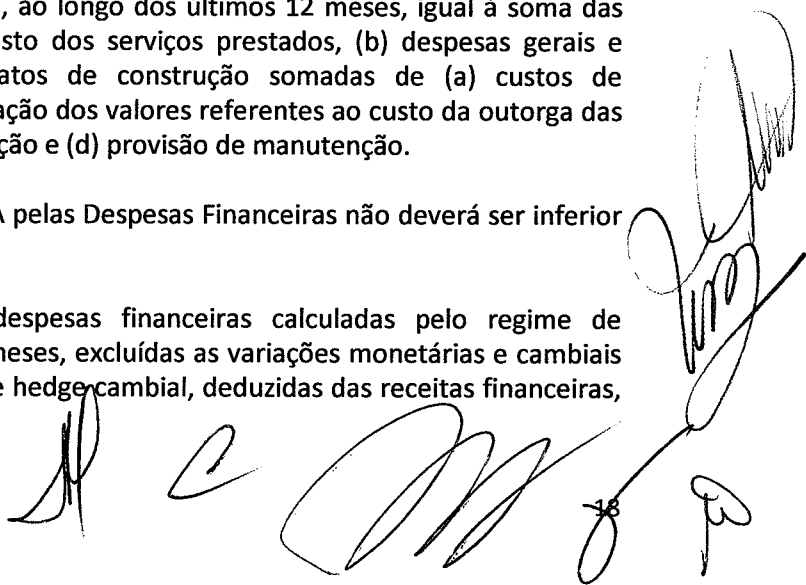
(1) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser superior a 4, onde:

Dívida Líquida significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas da CCR, diminuído do somatório de (i) disponibilidade e (ii) saldo da Conta Reserva registrada no realizável a longo prazo.

Disponibilidades significam a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da CCR: Caixa e Bancos; Aplicações Financeiras; e Conta Reserva; e EBITDA significa o valor calculado, pelo regime de competência, ao longo dos últimos 12 meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de (a) custo dos serviços prestados, (b) despesas gerais e administrativas, (c) receita de contratos de construção somadas de (a) custos de depreciação e amortização, (b) amortização dos valores referentes ao custo da outorga das concessões da CCR, (c) custo de construção e (d) provisão de manutenção.

(2) o índice obtido da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras não deverá ser inferior a 2, onde:

Despesas Financeiras significam as despesas financeiras calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluídas as variações monetárias e cambiais passivas e o resultado das operações de hedge cambial, deduzidas das receitas financeiras,

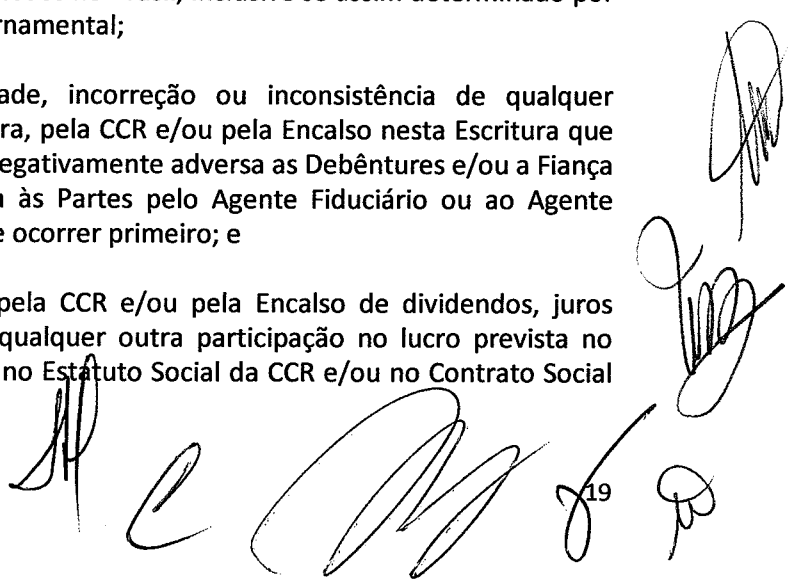


calculadas pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses, excluindo as variações monetárias e cambiais ativas e o resultado das operações de hedge cambial, em bases consolidadas.

- (viii) término antecipado de concessão de serviço público da qual qualquer subsidiária ou controlada da CCR seja titular, que represente, individualmente ou de forma agregada, 20% ou mais do faturamento consolidado anual da CCR, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal fato tenha ocorrido.

**D) Eventos de Inadimplemento Comuns.** Serão considerados Eventos de Inadimplemento comuns à Emissora, à Encalso e à CCR:

- (i) questionamentos por parte da CCR e/ou da Encalso, de qualquer natureza com vistas à anulação, nulidade, inexequibilidade da fiança prestada pela CCR e/ou pela Encalso;
- (ii) se houver qualquer decisão judicial, arbitral ou administrativa, que afete a Fiança prestada pela CCR e/ou pela Encalso, desde que (i) os efeitos de tal decisão ou fato não sejam suspensos ou cancelados no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da referida decisão e (ii) a Fiança não seja substituída por outra fiança equivalente no prazo 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação do Agente Fiduciário ao Fiador;
- (iii) liquidação, dissolução, transformação ou extinção da Emissora e/ou da CCR e/ou da Encalso;
- (iv) alienação de um ou mais ativos da CCR e/ou da Encalso que representem em conjunto ou individualmente 33% (trinta e três por cento) ou mais do seu faturamento consolidado anual, no exercício social imediatamente anterior à data em que tal alienação ou transferência for efetuada, exceto se os recursos oriundos da alienação forem reinvestidos pela referida empresa;
- (v) pedido de recuperação judicial, decretação de falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou pedido de autofalência, assim como o pedido ou início de processo de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora, da CCR e/ou da Encalso;
- (vi) alteração relevante do objeto social da Emissora e/ou da CCR que restrinja as atividades no setor de concessões no Brasil, inclusive se assim determinado por lei, norma ou entidade governamental;
- (vii) comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora, pela CCR e/ou pela Encalso nesta Escritura que afete de forma relevante e negativamente adversa as Debêntures e/ou a Fiança e que tenha sido notificada às Partes pelo Agente Fiduciário ou ao Agente Fiduciário pelas Partes, o que ocorrer primeiro; e
- (viii) pagamento pela Emissora, pela CCR e/ou pela Encalso de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, no Estatuto Social da CCR e/ou no Contrato Social



da Encalço, conforme aplicável, caso estas estejam inadimplentes com suas obrigações pecuniárias nos termos desta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**5.2.** Na hipótese de ocorrer qualquer Evento de Inadimplemento da Encalço ou Evento de Inadimplemento Comum, referente à Encalço, conforme definidos na Cláusula 5.1 acima, a CCR terá a opção de estender a sua fiança a 100% (cem por cento) do Valor Garantido para que não seja decretado vencimento antecipado da Emissão. Para isso, a CCR terá prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário. Se for o caso, fica desde já o Agente Fiduciário autorizado a assinar aditamento à presente Escritura para formalizar tal extensão.

**5.3.** Sujeito à cláusula 5.2 acima, a ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas A (i), (iii), (iv) e (vi); C (iii), e (v); e D (ii), (iii), (v), (vi) e (viii) do item 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**5.4.** Sujeito à cláusula 5.2 acima, na ocorrência dos demais eventos de vencimento antecipado dispostos na Cláusula 5.1 acima, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8 abaixo, sendo o vencimento antecipado das Debêntures irrevogável e irretratável. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida assembleia por, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

**5.4.1.** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolizada à Emissora, com cópia à CETIP.

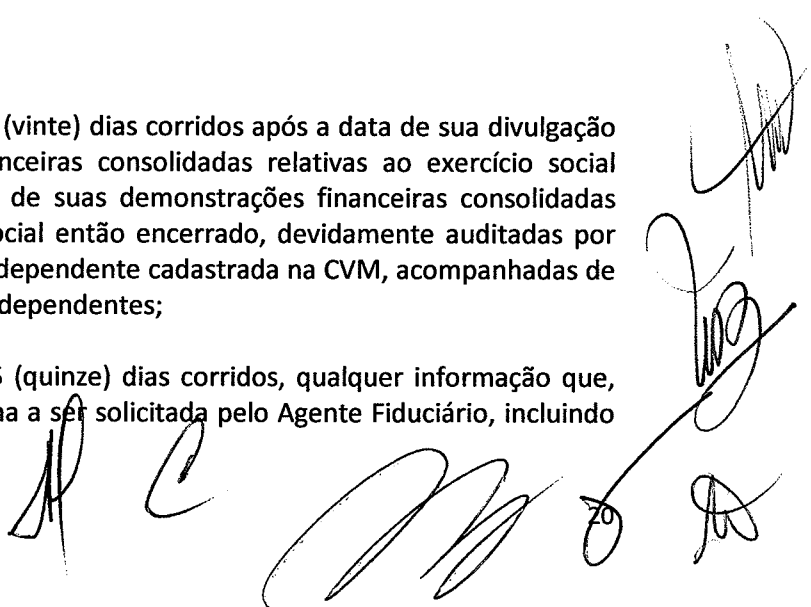
**5.4.2.** Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, a contar do protocolo na Emissora da carta mencionada na Cláusula 5.3.1 acima.

## **6. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

**6.1.** A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente se obriga a:

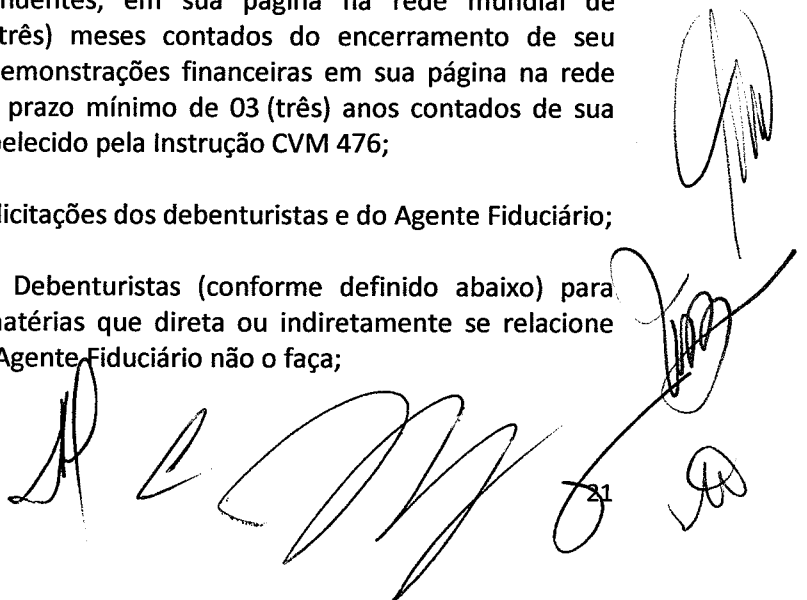
(i) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a data de sua divulgação de demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, devidamente auditadas por empresa de auditoria independente cadastrada na CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (b) no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, incluindo



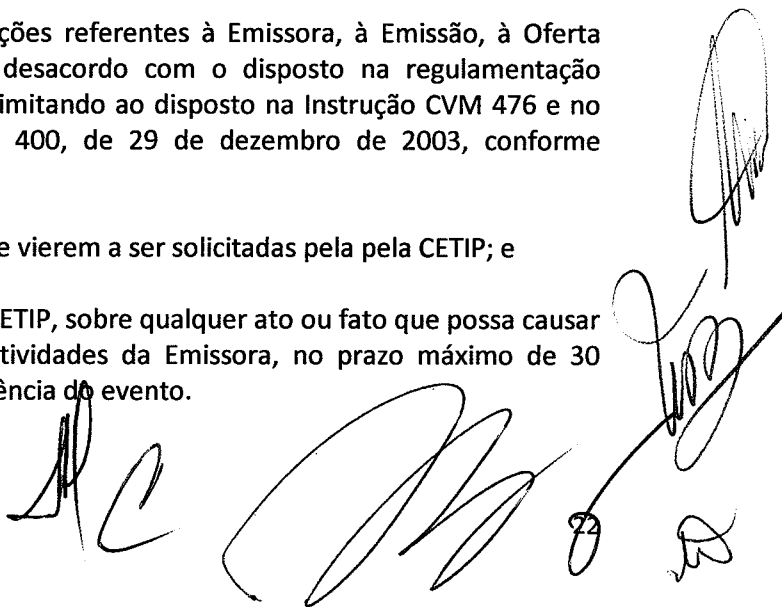
mas não se limitando à declaração atestando o cumprimento das disposições desta Escritura que não possam ser confirmadas de forma independente pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

- (c) no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.20 acima;
  - (d) avisos aos debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos debenturistas, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
  - (e) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do descumprimento;
  - (f) em até 05 (cinco) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora, ou ainda ao cumprimento das obrigações previstas na presente Escritura; e
  - (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário.
- (ii) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
  - (iii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
  - (iv) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 03 (três) anos contados de sua disponibilização, conforme estabelecido pela Instrução CVM 476;
  - (v) atender de forma eficiente às solicitações dos debenturistas e do Agente Fiduciário;
  - (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

- (vii) informar o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sobre a ocorrência de qualquer evento de vencimento antecipado das Debêntures;
- (viii) cumprir todas as determinações emanadas da CVM que sejam aplicáveis à Emissora, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (ix) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) cumprir a obrigação assumida no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (xi) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Escriturador, o Agente Fiduciário, a Agência de *Rating* e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (xii) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e dos quais seja contribuinte, na forma da lei;
- (xiii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos debenturistas nos termos desta Escritura;
- (xiv) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (xv) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (xvi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao intermediário líder da Oferta Restrita;
- (xvii) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão, à Oferta Restrita ou às Debêntures em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
- (xviii) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CETIP; e
- (xix) notificar o Agente Fiduciário e a CETIP, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento.



**6.1.1.** As despesas a que se refere a Cláusula 6.1(xiii) compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (ii) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora e não entregues dentro de 20 (vinte) dias corridos;
- (iii) despesas de viagem, compreendendo alimentação, locomoção e eventuais estadias, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser justificadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas; e
- (v) registros no CRTD competente para a correta constituição da Fiança.

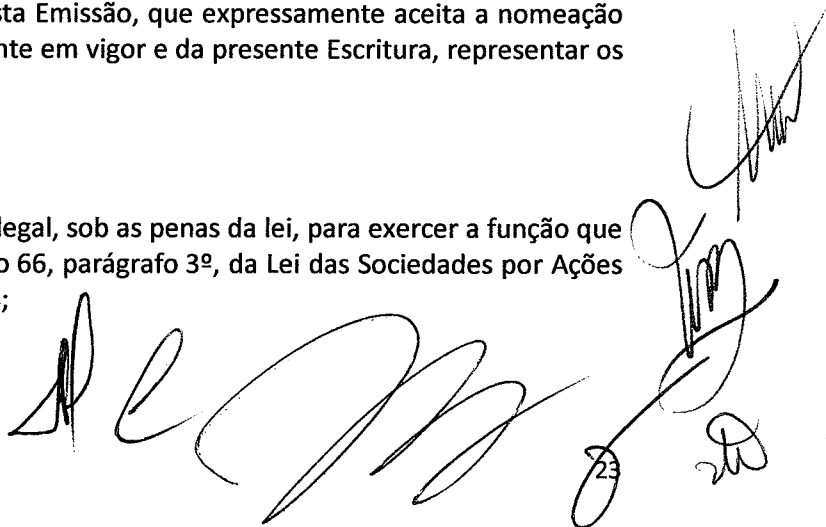
**6.1.1.1.** Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos titulares de Debêntures e posteriormente ressarcidas pela Emissora, mediante a apresentação do respectivo comprovante. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos.

## **7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**7.1.** A Emissora constitui e nomeia Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar os debenturistas perante a Emissora.

**7.1.1.** O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. To its right, there are several smaller, more compact signatures and initials, some of which appear to be initials like 'JM' and 'LD'. The signatures are written over the bottom right portion of the text area.

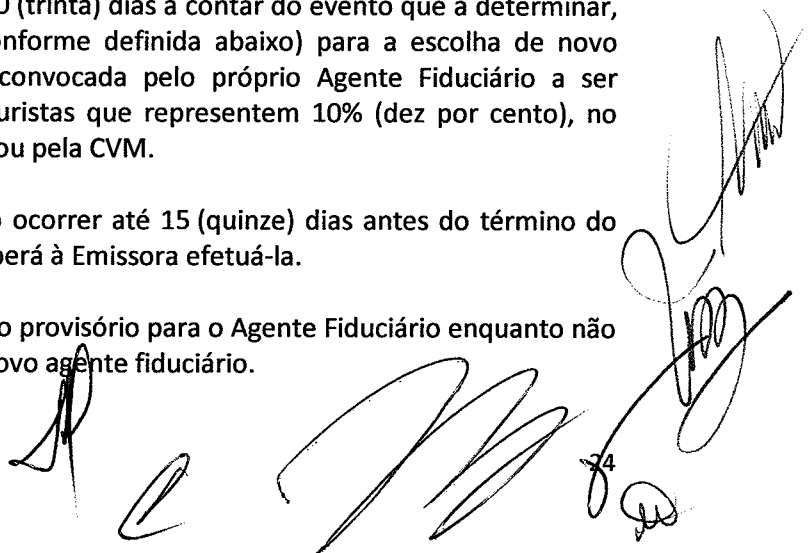
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições do respectivo Estatuto Social; e
- (xi) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

**7.2.** A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

**7.3.** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

**7.3.1.** Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a escolha.

**7.3.2.** A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.





**7.3.3.** Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

**7.3.4.** É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

**7.3.5.** A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

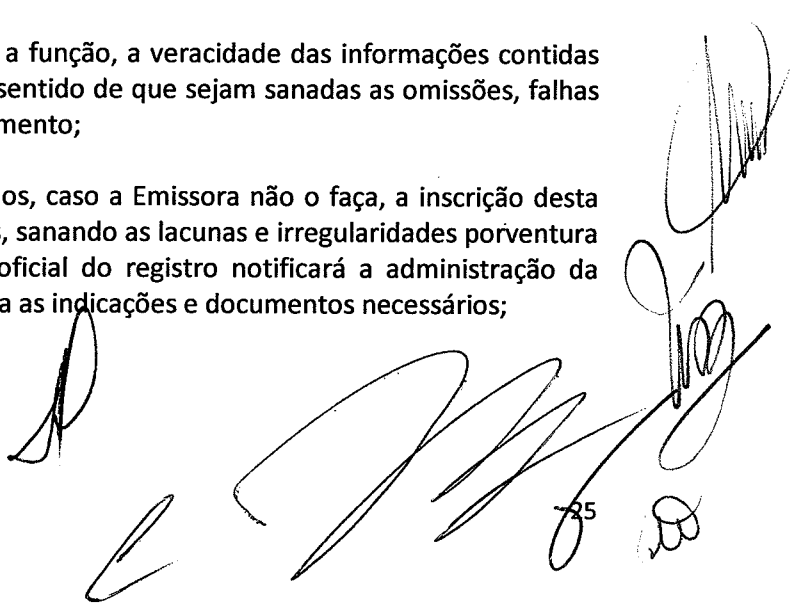
**7.3.6.** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura.

**7.3.7.** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

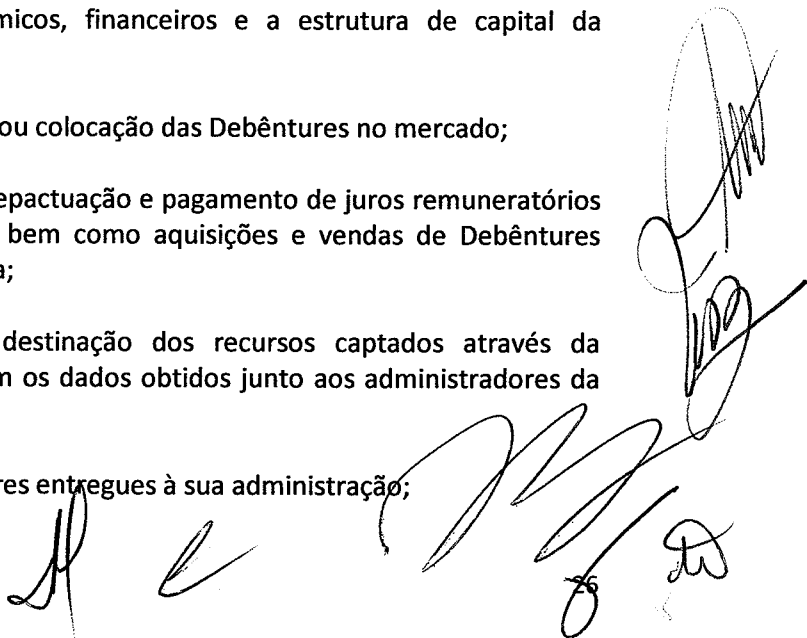
**7.3.8.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

**7.4.** Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

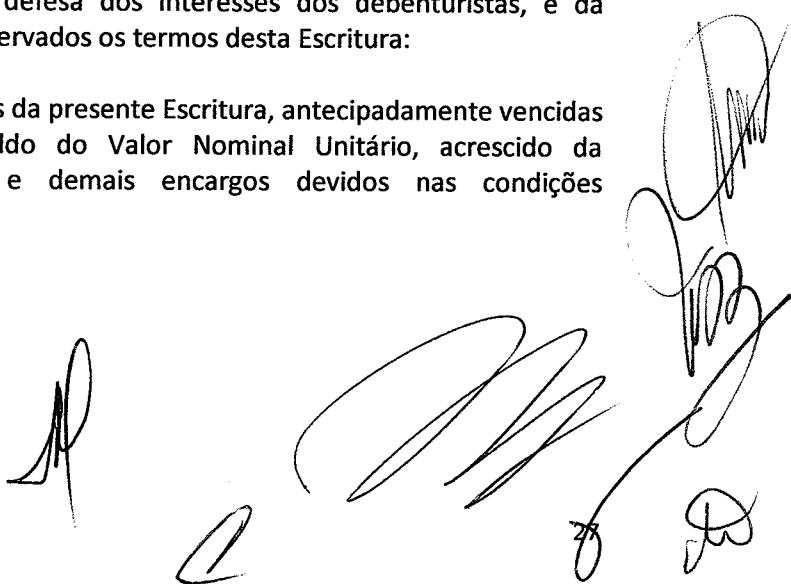


- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando aos debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora e das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (ix) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório detalhado que fundamente e comprovadamente justifique a necessidade de realização da referida auditoria;
- (x) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 4.20 acima;
- (xi) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas (conforme definido abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros remuneratórios realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;



- (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xiii) colocar o relatório de que trata o item (xii) acima à disposição dos debenturistas, no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM; e
  - (d) na sede dos Coordenadores, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xiv) enviar comunicado aos debenturistas, de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xiii) acima;
- (xv) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xvi) notificar aos debenturistas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xvii) disponibilizar diariamente, o Valor Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, aos debenturistas e aos participantes do mercado, através da central de atendimento do Agente Fiduciário.

**7.5.** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos debenturistas, e da realização de seus créditos, devendo, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;
  - (ii) excutir a garantia;
  - (iii) requerer a falência da Emissora;
- 

- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (v) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora.

**7.6.** O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na 7.5 (i) a (v) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 7.5(v), bastará a aprovação de titulares de Debêntures representando a maioria das Debêntures em circulação.

**7.7.** Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, os quais dever ser pagos em parcelas trimestrais de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) cada uma, sendo o primeiro pagamento feito 10 (dez) dias após a data de subscrição e integralização das Debêntures e os demais pagamentos a cada 03 (três) meses, após o vencimento da primeira parcela, até o encerramento das obrigações do Agente Fiduciário, nos termos da presente Escritura e da legislação em vigor.

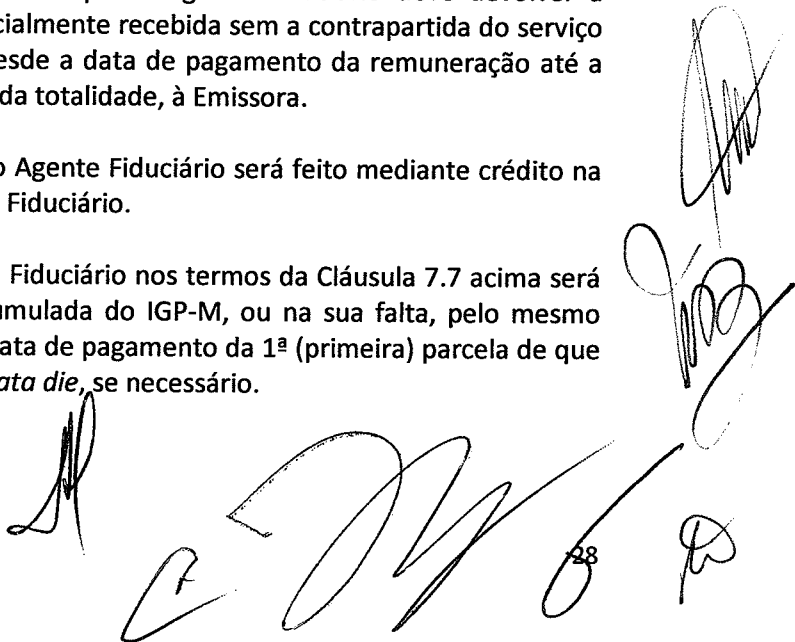
**7.7.1.** Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades, pagas 10 (dez) dias úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para: (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou debenturistas e Assembléias Gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das consequentes decisões tomadas pelos Debenturistas.

**7.7.2.** Em caso de mora no pagamento da remuneração prevista nos itens 7.7 e 7.7.1, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

**7.7.3.** Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora.

**7.7.4.** O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

**7.7.5.** A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima, calculada *pro rata die*, se necessário.



Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

**7.7.6.** Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

**7.7.7.** Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

**7.7.8.** Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

**7.7.9.** A remuneração descrita na Cláusula 7.7 acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

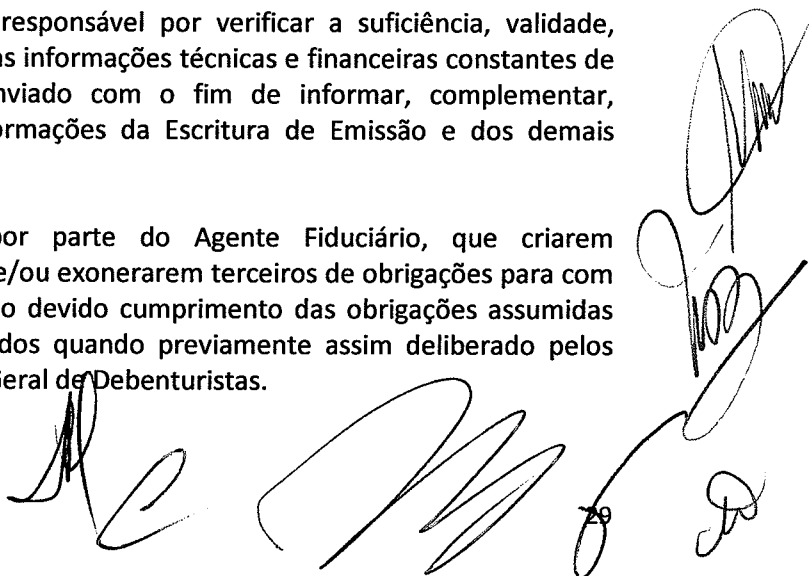
**7.8.** A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

**7.8.1.** O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

**7.9.** O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

**7.10.** O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.

**7.11.** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.



**7.11.1.** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações a ele transmitidas pelos debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos debenturistas ou à Emissora.

## **8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**8.1.** Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").

**8.2.** Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

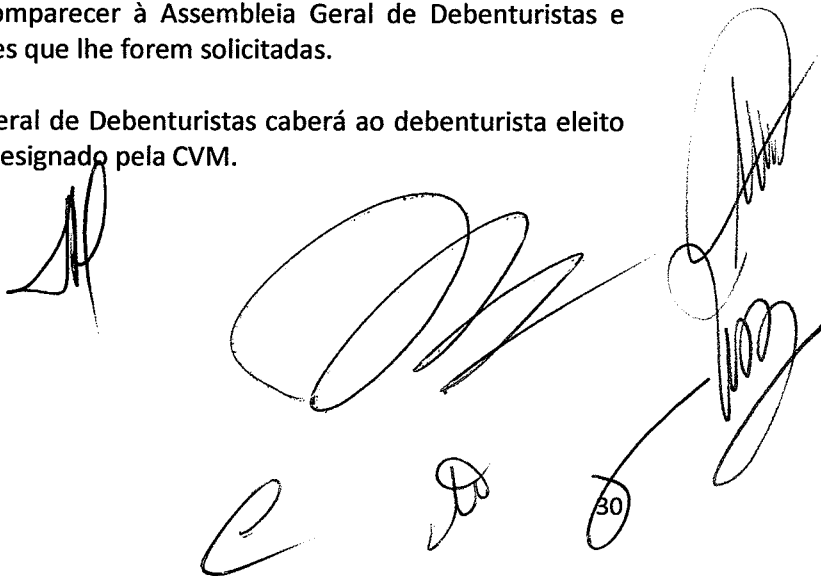
**8.3.** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

**8.4.** A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como os respectivos diretores ou conselheiros e seus parentes até segundo grau.

**8.5.** Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas, a não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura, hipótese em que será obrigatória.

**8.6.** O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

**8.7.** A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

The bottom of the page features several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a small, stylized signature. In the center, there is a large, flowing signature. To the right of the center, there are two smaller signatures, one above the other. At the bottom right, there is a circular stamp containing the number '30'.

**8.8.** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura. As alterações (i) de prazo de vigência das Debêntures, prazos de vencimento e de pagamento de principal e de Remuneração, (ii) que visem redução da Remuneração, (iii) de condições de resgate/amortização antecipados; e/ou (iv) substituição da fiança da CCR ou da Encalço (ressalvada a hipótese de extensão da fiança da CCR prevista na Cláusula 5.1 B acima), dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação e qualquer alteração aos termos da Cláusula 5.1 desta Escritura dependerá de aprovação de Debenturistas que representem no mínimo 80% (oitenta por cento) das Debêntures em circulação.

**8.8.1.** A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos debenturistas com um quorum no mínimo igual ou superior ao que está sendo alterado.

## **9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA**

**9.1.** A Emissora declara e garante que, na data de assinatura desta Escritura:

(i) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;

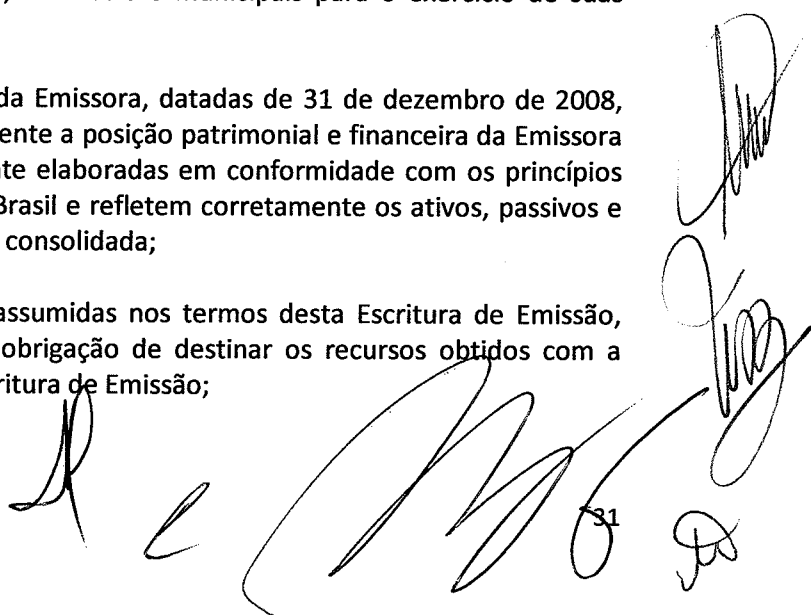
(ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo necessário nenhum outro consentimento, autorização, aprovação ou licença exigida para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações decorrentes desta Escritura;

(iii) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

(iv) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;

(v) as Demonstrações Financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

(vi) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos nesta Escritura de Emissão;



Handwritten signatures of the issuer and witnesses, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with initials.

(vii) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;

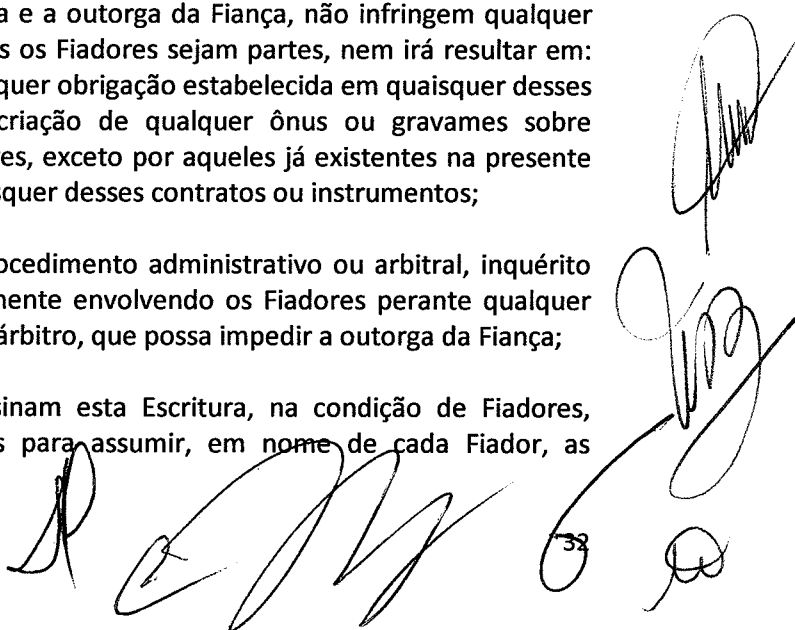
(viii) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e

(ix) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

## 10. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DOS FIADORES

**10.1.** Cada Fiadora, declara e garante, com relação à fiança por ela prestada, conforme aplicável, na data da assinatura da Escritura, que:

- (i) as obrigações assumidas nesta Escritura, incluindo a Fiança, constituem, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constitui, obrigação legalmente válida, vinculante e exigível dos Fiadores, exequível de acordo com seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de debenturistas em geral;
- (ii) a outorga da Fiança foi devidamente autorizada por meio de RCA da CCR e Reunião de Sócios da Encalso e não infringe: (i) o Estatuto/Contrato Social dos Fiadores, conforme aplicável; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que as vincule ou afete;
- (iii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pelos Fiadores de suas obrigações nos termos da presente Escritura e da Fiança, ou para a realização da Emissão;
- (iv) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais os Fiadores sejam partes, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores, exceto por aqueles já existentes na presente data; e/ou (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo os Fiadores perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (vi) os representantes legais que assinam esta Escritura, na condição de Fiadores, conforme aplicável, têm poderes para assumir, em nome de cada Fiador, as



33



- er irrevogável e irretratável, e será  
ação a elas, respectivos herdeiros e

## **11. DISPOSIÇÕES DIVERSAS**

**11.1.** A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, e será cumprido pelas Partes, produzindo efeitos em relação a elas, respectivos herdeiros e sucessores, a qualquer título.

**11.2.** A tolerância à infração das normas contidas na presente Escritura, bem como a prática de quaisquer atos ou procedimentos não previstos de forma expressa nesta Escritura, será considerada mera liberalidade, não se configurando como precedente ou renúncia de direitos. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**11.3.** Caso quaisquer das disposições desta Escritura venham a ser declaradas nulas em face de decisão arbitral final, por qualquer motivo, elas não afetarão os demais termos e condições da presente Escritura, a qual continuará vigorando integralmente (com exceção dessas disposições declaradas nulas), produzindo seus efeitos inclusive com relação a terceiros, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**11.4.** Toda e qualquer comunicação ou notificação a ser procedida em razão desta Escritura deverá ser formalizada por escrito, podendo ser enviada por correio, mediante carta com aviso de recebimento. As comunicações entre as Partes serão enviadas aos seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

**Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.**

Avenida Marcos Penteado Ulhôa Rodrigues, nº 690, 1º andar, sala 11  
CEP 06460-040 – Barueri, SP  
At.: Sr. Maurício Soares Negrão  
Telefone: (11) 4136-6006  
e-mail: mauricio.negrão@grupoccr.com.br

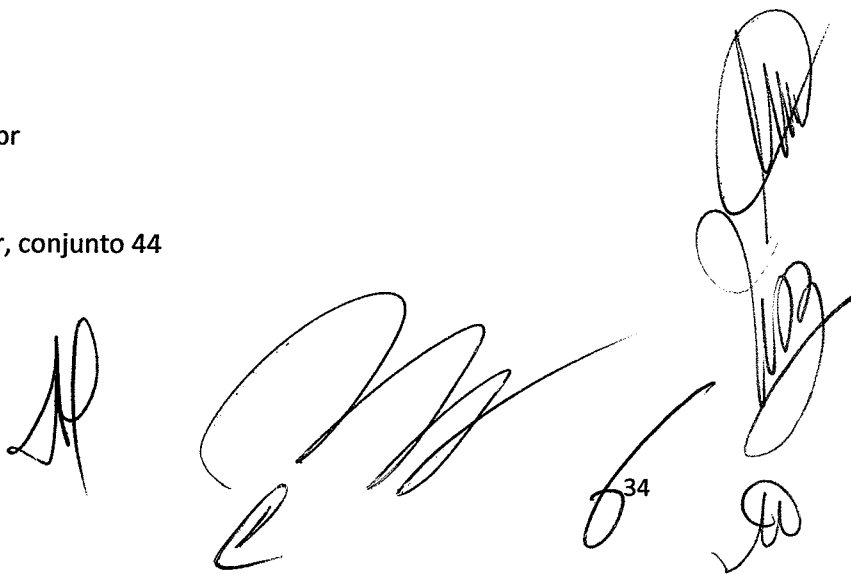
(ii) Para os Fiadores

**CCR S.A.**

Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 5º andar  
CEP 04551-065 – São Paulo, SP  
At.: Sr. Arthur Piotto  
Telefone: (11) 3048-5932  
Fax: (11) 3048-5903  
e-mail: arthur.piotto@grupoccr.com.br

**Encalço Construções Ltda.**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 44  
CEP 01076-900 – São Paulo, SP  
At.: Alberto Bagdade  
Telefone: (11) 2171-8900  
Fax: (11) 2171-8921

The image shows several handwritten signatures in black ink. There are four distinct signatures: one on the left, a large one in the center, one to the right of the center, and one at the bottom right. The signature at the bottom right is accompanied by the number '34'.

e-mail: [alberto.bagdade@grupoencalso.com.br](mailto:alberto.bagdade@grupoencalso.com.br)

**Alberto Bagdade**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 44

CEP 01076-900 – São Paulo, SP

Telefone: (11) 2171-8900

Fax: (11) 2171-8921

e-mail: [alberto.bagdade@grupoencalso.com.br](mailto:alberto.bagdade@grupoencalso.com.br)

**Mário Múcio Eugênio Damha**

Praça Dom José Gaspar, 134, 4º andar, conjunto 44

CEP 01076-900 – São Paulo, SP

Telefone: (11) 2171-8900

Fax: (11) 2171-8921

e-mail: [mudamha@grupoencalso.com.br](mailto:mudamha@grupoencalso.com.br)

(iii) Para o Agente Fiduciário:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 5.200, sala 514, Bloco 04

22.640-102 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Marcelo da Costa Ribeiro

Telefone: 21 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: [marcelo@pentagonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentagonotrustee.com.br)

c/c [trustee@pentagonotrustee.com.br](mailto:trustee@pentagonotrustee.com.br)

(iv) Para o Banco Mandatário:

**Itaú Unibanco S/A**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar

04309-010 – São Paulo, SP

At.: Cláudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

e-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

(v) Para o Escriturador:

**Itaú Corretora de Valores S/A**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar

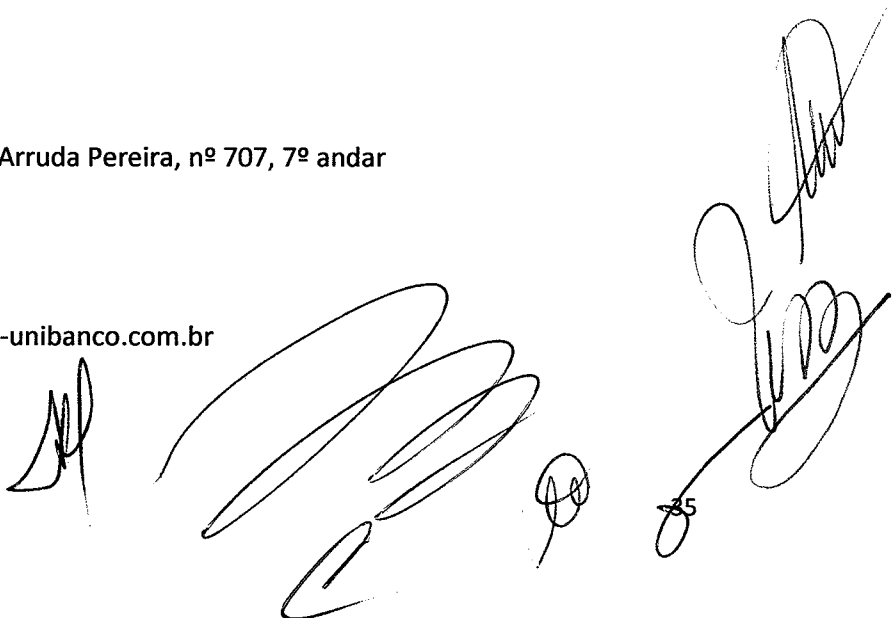
04309-010 – São Paulo, SP

At.: Cláudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

e-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)



(vi) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos**

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar

CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 - São Paulo, SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

**11.5.** Todas as despesas decorrentes desta Escritura serão suportadas pela Emissora.

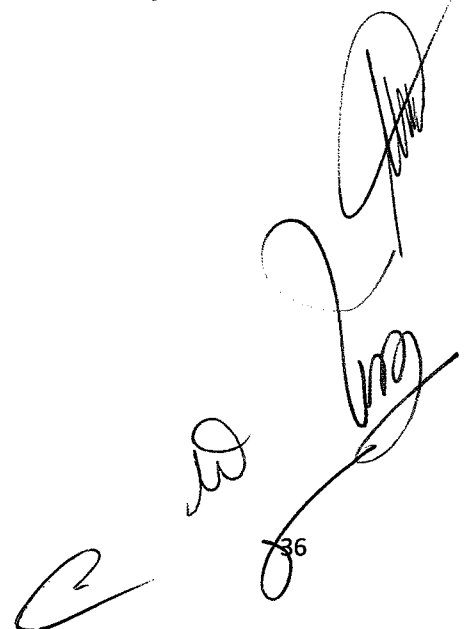
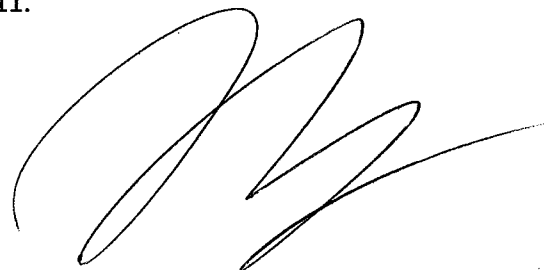


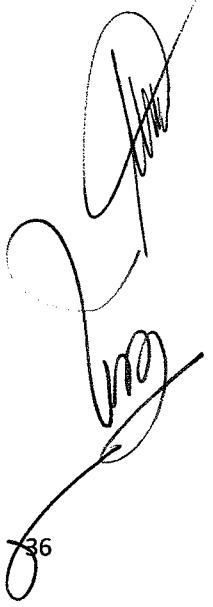
**11.6.** Esta Escritura reger-se-á por e será interpretada de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

**12. FORO**

**12.1.** Fica eleito o Foro de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as Partes o presente em 10 (dez) vias de igual teor e para um único fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

São Paulo, 27 de abril de 2011.

  
  
  
  
36

[Página de assinaturas 1 de 7 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., celebrado em 27 de abril de 2011.]

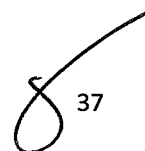
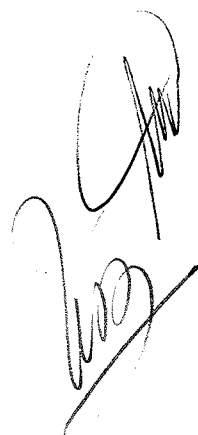
**CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.**



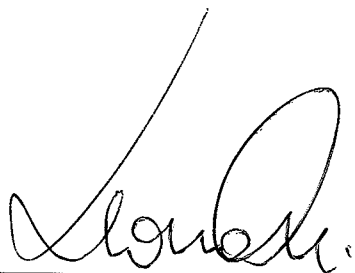
Nome: Mauricio Soares Negro  
Cargo: Diretor Presidente



Nome: Andre Luis Pontieri Costa Maia  
Cargo: Procurador



[Página de assinaturas 2 de 7 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirógrafária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., celebrado em 27 de abril de 2011.]

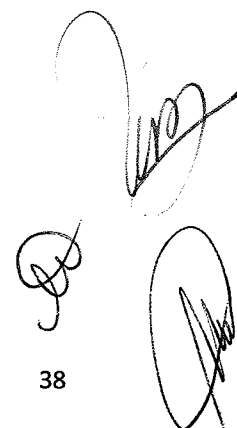


Nome: Leonardo Couto Vianna  
Cargo: Diretor

CCR S.A.

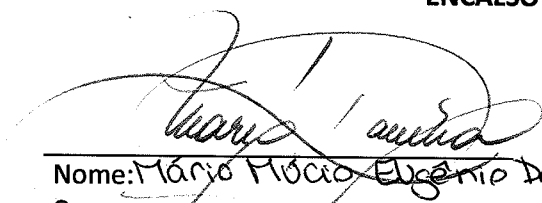


Nome: Arthur Daltro Filho  
Cargo: Diretor de Relações com Investidores

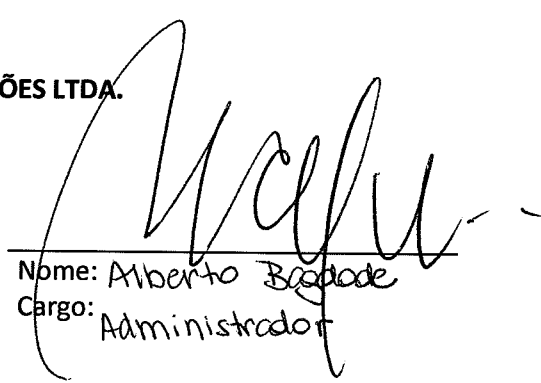


[Página de assinaturas 3 de 7 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirógrafária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., celebrado em 27 de abril de 2011.]

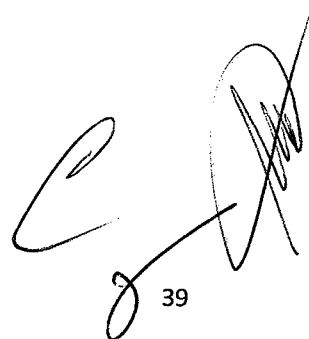
**ENCALSO CONSTRUÇÕES LTDA.**



Nome: Mário Múcio Eugênio Damha  
Cargo: Administrador



Nome: Alberto Bassode  
Cargo: Administrador

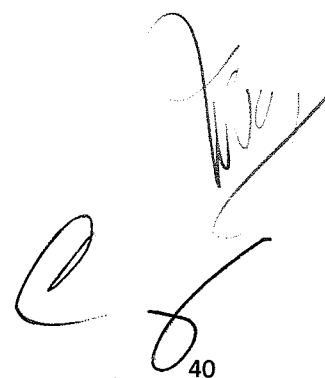


39

[Página de assinaturas 4 de 7 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., celebrado em 27 de abril de 2011.]

**ALBERTO BAGDADE**

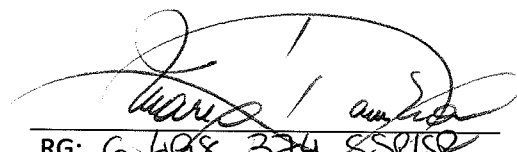
RG: 4.930.740-558/89  
CPF: 591.489.778-53



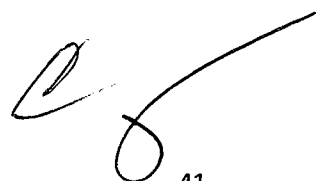


[Página de assinaturas 5 de 7 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., celebrado em 27 de abril de 2011.]

**MÁRIO MÚCIO EUGÊNIO DAMHA**

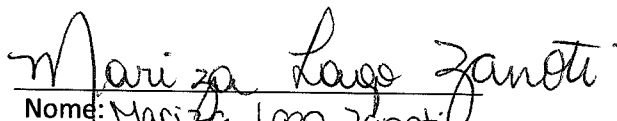


RG: 6.498.374 SSP/SP  
CPF: 121.006.708-08



[Página de assinaturas 6 de 7 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., celebrado em 27 de abril de 2011.]

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: Mariza Lago Zanotti  
Cargo: Procuradora





[Página de assinaturas 7 de 7 do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em até Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A., celebrado em 27 de abril de 2011.]

**TESTEMUNHAS**



Nome: CLAUDIA REGINA ESTEVAN  
CPF: 218 444 488 00



Nome: Lisiane Ribeiro da Silva  
CPF: 264.154.558-69  
RG 28.366.324-8



**JUCESP**

